



Maquiavelismo e Justiça Acadêmica: a Relação entre a Justiça percebida pelos pós-graduandos dos cursos *Stricto Sensu* da Área de Negócios e o Traço de Personalidade do Maquiavelismo

JOÃO VICTOR LUCAS

Universidade Federal do Paraná

FLAVIANO COSTA

Universidade Federal do Paraná

Resumo

O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre traços de personalidade do maquiavelismo e a percepção de justiça acadêmica nos estudantes dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da área de negócios no Brasil. Para tal, utilizou-se de questionário tipo *Survey* encaminhado aos estudantes, na qual foram aplicadas as versões em língua portuguesa da RCJS e da MPS. A coleta de dados contou com 334 respostas válidas, que foram analisadas por meio de estatística descritiva, gráficos de dispersão e Correlação de Pearson. Com base na literatura disponível até então, foram postuladas quatro hipóteses de pesquisa, a H1 prevendo a correlação significativa entre o modelo tridimensional da Justiça Acadêmica e o traço do Maquiavelismo. As Hipóteses H2, H3 e H4, previram respectivamente a correlação entre as dimensões Distributiva, Processual e Interacional, com o traço de personalidade do Maquiavelismo. Após análise dos dados, foi percebida uma alta justiça percebida dos pós-graduandos, em contrapartida, os estudantes demonstraram menores frequências de concordância relacionada ao maquiavelismo. O teste de correlação realizado na pesquisa suportou as hipóteses levantadas, indicando uma relação negativa entre a percepção de Justiça Acadêmica, Distributiva, Processual e Interacional com o traço de Maquiavelismo dos pós-graduandos *stricto sensu* da Área de Negócios no Brasil. Ressalta-se que o estudo traz reflexões sobre os fatores que causam a percepção de justiça no ambiente de sala de aula, fornecendo aos professores e instituições de ensino a possibilidade de considerar traços de personalidade ao se deparar com discrepâncias relacionadas à Justiça Acadêmica. Da mesma forma, busca-se gerar inferências sobre a possibilidade de lidar com diferentes personalidades e seus reflexos comportamentais e práticos no cotidiano, conformando a importância da mesmo traço em configurações políticas e estratégicas.

Palavras-chave: Maquiavelismo, Justiça Acadêmica, Pós-Graduação *Stricto*, Área de Negócios.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

1 INTRODUÇÃO

A educação exerce um papel significativo em uma sociedade, atuando de modo a gerar mudanças efetivas e duradouras. A prática educativa acompanha o ser humano durante todo seu caminho e desenvolvimento, acumulando experiências distintas durante sua vida, pois, desde a infância até a vida adulta, os indivíduos convivem com fatos que requerem adaptações comportamentais e novos problemas que necessitam de diferentes soluções (Andere & Araújo, 2008).

No ambiente educativo, percebe-se a relação entre professor e aluno como uma das primeiras relações de autoridade vivenciada pelos estudantes, em que, na medida que é percebida a igualdade entre os professores e a instituição de ensino em relação aos alunos, o processo educacional é considerado justo, refletindo um valor fundamental da cidadania entre os envolvidos (Chory-Assad, 2002; Resh e Sabbagh, 2016).

A percepção de justiça ou injustiça no ambiente acadêmico pode trazer consequências que permeiam a satisfação, comprometimento e desempenho dos agentes envolvidos (Colquitt et al., 2001). Essas consequências foram observadas em diferentes estudos que buscaram relacionar a percepção de justiça ou injustiça acadêmica com a motivação no curso, a aprendizagem afetiva e a agressão perante os docentes (Chory-Assad, 2002); a honestidade acadêmica (Santos, Cunha, Avelino e Colauto, 2020); e os sentimentos de raiva, repulsa e discordância quanto à autoridade dos professores (Chory, Horan & Houser, 2017).

Porém, a percepção de justiça em seus diversos âmbitos não é um valor objetivo e simples, trazendo consigo diferentes fatores que auxiliam a explicar o que e porque algo é percebido como justo ou injusto (Tyler, Boeckmann, Smith & Huo, 1997). Visando suprir o escasso número de pesquisas sobre justiça no ambiente acadêmico, Chory-Assad (2002) utilizou-se da base teórica desenvolvida no ambiente organizacional para aplicação e adaptação no cenário educacional, buscando desenvolver aspectos voltados ao alinhamento da percepção de justiça na configuração acadêmica. Com base na definição de justiça organizacional de Cropanzano e Greenberg (1997), Chory e Paulsel (2004) trataram a justiça acadêmica sob uma dimensão tridimensional, segregando as percepções entre Justiça Acadêmica Distributiva, Processual e Interacional.

Além as diferentes dimensões em que são classificadas as Teorias da Justiça, é necessário manter o entendimento de que os indivíduos não percebem a justiça da mesma maneira, gerando diferentes indagações sobre a forma de construção do pensamento de justiça social em cada pessoa (Törnroos et. al, 2019). Diferentes fatores podem influenciar a ideia sobre a justiça de alguma ação, inclusive questões situacionais e pessoais, como disposições pessoais (Major & Deaux, 1982; Greenberg, 2001).

Dentre os fatores a serem considerados, há um destaque para características pessoais. Portanto, pode-se incluir ao entendimento dos fatores que alteram a percepção de justiça, aspectos relacionados aos traços de personalidade (Shi et. al, 2010; Törnroos et. al, 2019). Ao recorrer à literatura atual, observa-se a existência de uma linha de estudos envolvendo percepções de justiça organizacional e traços de personalidade (Elovainio, Kivimäki, Vahtera, Virtanen, & Keltikangas-Järvinen, 2003; Shi, Lin, Wang, & Wang, 2009; Törnroos et. al, 2019; Wang, Hackett, Zhang e Cui, 2019).

Sobre os traços estudados aplica-se a esta pesquisa o maquiavelismo por se tratar de um construto com implicações importantes para os critérios organizacionais e acadêmicos, utilizando elementos voltados ao poder, estratégia e disposições políticas (Dahling, Whitaker e Levy, 2009). Ressalta-se que essas disposições estratégicas para relacionamentos



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

interpessoais, podem ser aplicadas seguindo as mesmas pré-disposições de personalidade em diversos ambientes com interação social e organizado, como organizações e academia.

O Maquiavelismo é um construto psicológico originário das ideias de Nicolau Maquiavel, no qual o indivíduo manipula situações para obter mais benefícios do que seria possível sem manipulação (Christie & Geis, 1970, Grohmann & Battistella, 2012). Christie e Geis, (1970) indicam que os indivíduos com maiores traços de maquiavelismo tendem a apresentar ausência de afeto nas relações interpessoais, não apresentam preocupação com a moral convencional, embora não sejam necessariamente imorais e demonstram baixo comprometimento ideológico.

Ao pesquisar a justiça distributiva e suas diferentes relações, primeiro aspecto de personalidade destacado pelos autores Major & Deaux (1982) é a relação entre o maquiavelismo e a adequação aos princípios da teoria da equidade, tomada como base para percepção de Justiça Distributiva. Ao serem relacionados a uma configuração acadêmica, como a sala de aula, os elementos do Maquiavelismo podem gerar percepções distorcidas de injustiça social. Tal fato ocorre devido à relação evidenciada na literatura entre o alto grau de percepção de justiça com o cumprimento das regras de classe e à satisfação com a nota (Colquitt, 2001).

A conexão entre a percepção de justiça em sala de aula e traços de personalidade podem se tornar mais manifestadas no ambiente de pós-graduação *stricto sensu*, no qual há uma relação mais próxima e mais intensa entre discentes e docentes ao longo de todo o curso. Essa proximidade gera uma experiência no pós-graduando que pode ver questões além de sala de aula como justas ou injustas.

Essa experiência pode estar relacionada à elaboração de pesquisas acadêmicas, participação em laboratórios de pesquisa e auxílio em atividades de introdução à docência. Quando são extrapoladas as barreiras de sala de aula, há maior possibilidade por parte do estudante de criação de estratégias, buscar por atividades que lhe resultem uma ascensão social objetiva (status) e uma vivência que permite ao pós-graduando demonstrar de maneira mais exclusiva suas questões pessoais (Barth, 2015).

Diante do apresentado previamente, considerando as interseções teóricas entre as percepções de justiça, os fatores relacionados à individualidade e sociabilidade humana e a importância do estudo dos traços de personalidade para entendimento da formação das percepções de justiça; ponderando as especificações aplicáveis ao ambiente de pós-graduação *stricto sensu* da área de negócios, este estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: *Qual a relação entre o traço de personalidade do Maquiavelismo e a percepção de justiça acadêmica dos estudantes de Programas de Pós-Graduação stricto sensu da área de negócios?*

O questionamento indicado acima objetiva analisar a relação entre traços de personalidade do maquiavelismo e a percepção de justiça acadêmica nos estudantes dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da área de negócios no Brasil. Subsidiariamente, esta pesquisa busca verificar a percepção de justiça acadêmica dos estudantes dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* brasileiros da área de negócios em suas diferentes dimensões, além de identificar as dimensões de comportamento do Maquiavelismo em pós-graduandos dos cursos *stricto sensu* brasileiros da área de negócios.

A investigação contribui com a literatura atual ao oferecer conteúdo empírico ao entendimento de diferenças individuais que se relacionam aos aspectos práticos e comportamentais no ambiente da pós-graduação, visto que, a personalidade pode ajudar a explicar as diferenças individuais nas percepções de justiça (Törnroos et al., 2012). Em congruência ao citado, o estudo acerca da percepção de justiça nas universidades pode ser útil para coordenadores de cursos da área de negócios em suas práticas gerenciais. Em especial,



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

pela possibilidade de direcionar ações que estimulem as dimensões da eficácia que um bom relacionamento entre alunos e professores pode trazer em relação ao aprendizado e desempenho acadêmico.

Espera-se que os resultados dessa pesquisa criem oportunidades para novas pesquisas aplicando o instrumento *Machiavellian Personality Scale* - MPS (Dahling, Whitaker & Levy, 2009) no ambiente acadêmico brasileiro, visto que, poucas pesquisas foram realizadas utilizando o questionário em ambiente nacional e durante a revisão de literatura não foram encontradas pesquisas aplicando o constructo medido de forma individualizada no ambiente de pós-graduação, podendo criar discussões sobre o traço de personalidade com base em elementos de profundidade teórica e empírica e com uma escala atualizada, cobrindo grande parte das deficiências encontradas em escalas anteriores do Maquiavelismo, como a Mach IV.

Ao gerar contribuições sobre questões individuais que podem alterar a percepção de justiça, podem-se encontrar elementos para melhoria da atividade docente e das políticas de instituições de ensino superior, bem levantando questões individuais dos discentes que afetam as percepções de justiça ou injustiça acadêmica dos alunos.

Ao ater-se à educação da Área de Negócios, o estudo sobre o Maquiavelismo auxilia a propagar inferências que vão além da perspectiva de sala de aula. O estudo sobre o traço se extrapola inclusive à construção de carreira acadêmica e profissional, por sua tendência na criação de planejamentos estratégicos e foco em resultados, fatores de importante diferencial na atuação da Área de Negócios. Considera-se ainda que os comportamentos manifestados no ambiente universitário sejam transpostos para o contexto organizacional.

Por fim, outra contribuição que se pode ser destacada é a consideração de elementos que afetam fatores comportamentais em estudantes de pós-graduação *stictu sensu*, visto que, esses possuem como um de seus objetivos participar do processo de fomento da ciência, por meio do desenvolvimento científico desenvolvido pelos programas de pós-graduação (Levecque et. al., 2017).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Justiça Acadêmica

A Teoria da Justiça Organizacional é fruto da aplicabilidade dos conceitos debatidos no campo da Psicologia Social nas organizações, tendo como expoente o livro de George Caspar Homans “Social behavior: its elementary forms”. A teoria se desenvolveu como um conceito multidimensional (Colquitt, 2001), se expandindo de uma visão objetiva e única para análises de elementos que influenciam as percepções de justiça para um panorama que considera diferentes elementos, amplificando o entendimento acerca das percepções de justiça. Nesse contexto, a Justiça Organizacional segrega as percepções do que é justo ou injusto em diferentes dimensões, sendo elas a Justiça Distributiva, a Justiça Processual e a Justiça Interacional.

Experiências de pesquisas no ambiente organizacional ao relacionarem tópicos de comunicação e comportamento, foram aplicadas com sucesso no ambiente instrucional (Chorry-Assad, 2002). Com base nisso, Chorry-Assad (2002) aplicou ao ambiente de sala de aula os conceitos da Teoria da Justiça Organizacional, que até então vinham sendo aplicados nas empresas para servir de auxílio no entendimento do comportamento organizacional, envolvendo percepções de justiça distributiva e processual.

Ao realizar uma síntese abordando as diferentes esferas de justiça, com base nas publicações científicas até tal momento, Ribeiro e Bastos (2010), ilustraram uma Síntese

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

conceitual dos três fatores de justiça. Incorporando ao modelo as especificidades do ambiente educacional, apresentadas por Chory (2007), a Figura 1 apresenta as principais características e foco de cada uma das percepções de justiça no ambiente acadêmico.

Figura 1.
Síntese conceitual tridimensional da justiça no ambiente acadêmico

Dimensão	Descrição conceitual	Foco
Distributiva	Na dimensão distributiva, os indivíduos avaliam e comparam o resultado (por exemplo, nota de teste) que receberam com um com um resultado de referência, podendo ser com notas de colegas de classe, expectativas criadas, esforço despendido, resultados externos ou resultados anteriores.	Resultados
Processual	Justiça processual é a percepção do estudante sobre a justiça dos componentes do processo do sistema que regula a distribuição de resultado.	Processo
Interacional	A justiça interacional está atrelada às percepções dos alunos sobre o quão justo os professores os tratam nas relações interpessoais e na comunicação entre ambos. Apresenta elementos informacionais e Interpessoais	Comunicação

Fonte: Adaptado de Ribeiro & Bastos (2010) e Chory (2017)

As primeiras pesquisas envolvendo as percepções de justiça, com base na teoria da justiça organizacional, baseavam-se em uma única dimensão para entender os fenômenos relacionados aos julgamentos realizados em diferentes situações, podendo agir de diferentes maneiras mediante ao que é considerado justo ou injusto, sendo essa a dimensão distributiva da justiça (Sanches, 2016).

Esses estudos tiveram como fundamento inicial a Teoria da Troca Social, desenvolvido por Homans (1961), em que o autor defendia que em uma relação de troca entre indivíduos, espera-se que haja proporcionalidade entre recompensas e investimentos. Adams (1965) propôs a Teoria da Equidade, assumindo que o critério fundamental de justiça está relacionado à norma da equidade, defendendo que os resultados equivalentes aos investimentos, de forma proporcional, geram nos indivíduos uma percepção de que a distribuição foi justa. A equidade entre empregado e empregador não é geralmente percebida somente como uma troca de valores monetários (Sabino et. al., 2019).

No ambiente acadêmico, as questões de justiça distributiva surgem em relação, por exemplo, à nota atribuída por um professor como resultado da disciplina (Chory e Paulsel, 2004). Ao perceberem a inequidade, diferentes reações podem surgir dos alunos na tentativa de diminuir a injustiça em sala de aula, buscando dissipar seus sentimentos negativos. Ao buscar a restauração real da equidade, os alunos podem diminuir suas contribuições, reduzindo seu empenho no desenvolvimento acadêmico, como por exemplo, apresentando um comportamento contraproducente, comportamentos desviantes ou desistência (Chory & Paulsel, 2004).

Podem também ser realizadas reflexões sobre outras dimensões de justiça para garantir a robustez de pesquisas envolvendo percepções de justiça (Chorry-Assad, 2002). Para isso, recorreu-se à Justiça Processual, que advoga que os procedimentos têm por função regular trocas cooperativas, garantindo coerência, e minimizando efeitos e conflitos no



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

desenvolvimento de alocações. Essa dimensão foca o processo que se verifica na tomada de decisão e na atribuição de resultados (Rego & Souto, 2004).

No ambiente acadêmico a justiça processual refere-se a percepções de justiça dos processos avaliativos desenvolvidos pelos professores ou pela instituição de ensino. Uma vez que os alunos podem perceber como justos ou injustos os critérios utilizados para atribuição de notas, sendo que na maioria das vezes procedimentos são geralmente explicados aos alunos por meio do diálogo, das trocas verbais e da comunicação (Chory-Assad, 2002; Berti et. al, 2010). Os procedimentos justos satisfazem as necessidades imediatas de autoestima ou identidade própria e sinalizam que a pessoa será tratada com justiça no longo prazo. Assim, quando a percepção de justiça processual é alta, a distribuição dos resultados atuais, mesmo que injusta, é considerada sem importância porque a distribuição será razoavelmente reconfigurada no longo prazo. Em contrapartida, quando a percepção de justiça processual é baixa, as necessidades individuais de autoestima e auto identidade são frustradas (Cropanzano & Greenberg, 1997).

Estudos sobre percepções de justiça processual, ao serem aplicados no ambiente acadêmico, em professores, demonstraram que ao perceberem injustiça, apresentam atitudes e comportamentos como baixo desempenho, insatisfação, desmotivação e perda de produtividade e perda de produtividade (Rego, 2002). Esse reflexo corrobora com a necessidade de desenvolvimento de processos e procedimentos transparentes no processo de distribuição de resultados (Hartmann & Slapnicar, 2009).

Ainda quando analisada com base no ambiente acadêmico, a dimensão de justiça processual refere-se à percepção de justiça relacionada aos processos utilizados na sala de aula para atribuição de resultados, visto que, os estudantes podem considerar como justos ou injustos os procedimentos e critérios estabelecidos pelos professores para a avaliação e atribuição de notas, considerando que, no ambiente instrucional, os critérios de avaliação podem ser previamente apresentados aos estudantes. (Berti et al., 2010).

O estudo de Santos et. al (2020) demonstrou uma relação negativa entre a percepção de justiça e a desonestidade acadêmica, evidenciando que, diante da justiça percebida quanto aos procedimentos utilizados pelos professores na atribuição de critérios de avaliação, os alunos podem se sentir intimidados em trapacear.

Já a Justiça Interacional no ambiente acadêmico diz respeito às percepções dos alunos sobre a forma pela qual são tratados pelos docentes. Observa-se nessa dimensão de justiça então, o quão justos são os professores nas relações interpessoais, considerando a forma com que os professores se comunicam com seus alunos (Horan et al., 2010).

Um contraste quanto à justiça processual, é que na dimensão interacional são avaliados para a percepção de justiça diretamente a relação com o professor, já na dimensão processual considera-se também a instituição de ensino, ponderando não apenas a figura do professor, como as políticas e processos da instituição em que é desenvolvida a experiência acadêmica. (Masterson et al., 2000; Beuren, Santos, Marques & Resendes, 2017).

A justiça interacional possui sua extensão ao ambiente educacional considerando as percepções sobre o quão respeitoso, educado e aberto, é a comunicação entre o professor e o aluno. Na configuração acadêmica, as avaliações da justiça interacional relacionadas ao docente preocupam-se em como o professor considera as opiniões dos alunos, esclarece suas preocupações e se comunica com eles de maneira não condensada (Chory-Assad & Paulsel, 2004b).

Ao relatar uma relação de harmonia e justiça com os docentes, os estudantes demonstram sentimentos positivos como felicidade, satisfação, sentimento de valor e esperança. Em contrapartida, a injustiça percebida pelos alunos tende a relatar sentimentos



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

negativos como raiva, aborrecimento, decepção e constrangimento no contato com os professores (Rasooli, Luca, Rasegh & Fathi, 2019).

A comunicação de forma percebida como injusta dos docentes pode levar a respostas antissociais dos alunos, trazendo consequências sobre as respostas que podem ser dadas pelos alunos, como agressão, hostilidade, vingança, dissidência e adesão antissocial (Claus, Chory & Malachowski, 2012). Abordando a percepção de injustiça por parte dos alunos, estudos apontaram que a falta de bondade (Chory, 2007; Horan et al., 2010), falha em lembrar os nomes dos alunos (Buttner, 2004) e falha em responder perguntas de forma eficaz e interagir agradavelmente com os alunos (Young, Horan, & Frisby, 2013) se relacionam com essa dimensão da justiça acadêmica.

No ambiente acadêmico, é relevante a compreensão de fatores que envolvem docentes e instituições de ensino quanto aos comportamentos que de fato são geradores de sentimentos de justiça ou injustiça, sendo que este último pode acarretar diversas reações, tais como: agressividade, frustração, desmotivação, perda de confiança no corpo docente, baixo desempenho acadêmico, agressão ao professor e comportamentos desonestos (Santos et. al. 2020).

2.2. Maquiavelismo

A consideração de elementos de personalidade para pesquisa de temas de psicologia social, como as percepções de justiça no ambiente acadêmico se fundamentam, considerando a personalidade uma configuração de características e comportamentos, incluindo ajustamento de um indivíduo à vida, formado por traços, interesses, impulsos, valores, auto capacidade e padrões emocionais (VandenBos, 2010). Os traços de personalidade estão relacionados a preocupações humanas em sentidos ocupacionais, educacionais, de relacionamento, de comportamento pessoal e antissocial. Nesse sentido, entende-se que o comportamento educacional se insere como um dos aspectos relacionados com as características de personalidade (Furnham et al. 2013).

O Maquiavelismo se caracteriza como traço não patológico, disposição de personalidade ou como estratégia de conduta social relacionado à manipulação de indivíduos para obter ganhos pessoais (Christie & Geis, 1970). Esse traço é um construto psicológico originário das ideias de Nicolau Maquiavel, no qual o indivíduo manipula situações para obter mais benefícios do que seria possível sem manipulação (Christie & Geis, 1970, Grohmann & Battistella, 2012). Dentre os discursos de Maquiavel, a ideia de que “Os fins justificam os meios” obteve destaque. Para o político, meios capciosos que pudessem levar à consecução dos seus resultados políticos, justificavam as atitudes dos gestores. Para tanto, usavam a estratégia, o cálculo e a racionalidade para tomar decisões (Jones & Paulhus, 2009; D’Souza & Lima, 2019).

Ao serem aplicados em níveis moderados, o maquiavelismo considera que o indivíduo poderá ser um bom líder, apresentando melhores resultados de comportamento no quesito direitos e deveres no âmbito organizacional, em razão da avaliação do custo e do benefício. O líder tentará controlar e coordenar seus funcionários ou empregados da melhor forma possível, sempre observando seus próprios interesses (Zettler & Solga, 2013).

Assim como outros constructos considerados pela literatura, o maquiavelismo possui uma estrutura multidimensional, englobando motivações subjacentes (desejo de controle e desejo de status) e fatores comportamentais (desconfiança em relação ao próximo e manipulação amororal) (Dahling et al., 2009). Conseqüentemente, o maquiavelismo costuma possuir quatro dimensões de principal aderência, sendo ele: (i) Descrença nos outros, (ii)



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Manipulação Amoral, (iii) Desejo de Controle, (iv) desejo de status (Dahling, Whitaker & Levy, 2009; Grohmann & Battistella, 2012).

De acordo com esse modelo, defendido por Dahling et. al (2009), o maquiavelismo possui dentre seus fatores uma subdivisão conceitual entre objetivos extrínsecos e intrínsecos, assim o constructo inclui dimensões de comportamentos observáveis, bem como crenças e motivações internas.

A primeira dimensão, a amoralidade, consiste em uma disposição para desconsiderar os padrões de moralidade e em praticar comportamentos que beneficiam a si mesmo em detrimento dos outros. É importante ressaltar que indivíduos com altos traços de maquiavelismo não são imorais no sentido de que manipulam e traem os outros de forma arbitrária o tempo todo. Esses sujeitos tendem a estar seletivamente dispostos a se desviar dos padrões morais quando a oportunidade de ganho se apresenta (Grohmann & Battistella, 2012).

A descrença no próximo é motivada pelo fato de que há uma desconfiança que, da mesma forma que um indivíduo maquiavélico busca manipular as situações, as pessoas ao seu redor estejam agindo da mesma maneira (Christie & Geis, 1970). Além disso, indivíduos com altos traços de maquiavelismo consideram que o próximo pode representar um risco às suas estratégias. Logo, indivíduos com altos traços de maquiavelismo consideram prudente não confiar no próximo (Jones & Paulhus, 2009).

Alinhada a ideia de desconfiar do próximo, insere-se o desejo de controle nas pessoas com altos traços de características maquiavélicas. Essa ideia se coloca como uma característica intrínseca, na qual os indivíduos veem os outros como ameaçadores e, portanto, desejam dominar as situações interpessoais (Levenson, 1981). Portanto, o desejo de controle pode ser considerado uma necessidade interna de exercer domínio sobre situações interpessoais para minimizar o poder de seus pares.

Por fim, os autores adicionam o desejo de status como um dos elementos a ser considerado no indivíduo maquiavélico. Apesar de não ser considerado na obra seminal de Christie e Geis (1970), Dahling et. al. (2009) argumentam que pessoas com altos níveis de maquiavelismo buscam a manipulação e acúmulo de controle por motivações externas. Consequentemente, esses indivíduos tendem a ser guiados por objetivos como riqueza, poder e status, ao invés de objetivos internos como desenvolvimento pessoal ou amor próprio. Com base nisso, inclui-se a necessidade de considerar o desejo de status no construto do maquiavelismo, definido como um desejo de acumular indicadores externos de sucesso.

Ao pesquisar características relacionadas ao Maquiavelismo em estudantes universitários, Bekiari e Spanou (2018) perceberam que em indivíduos maquiavélicos há maior tendência na utilização da Internet em indivíduos, para finalidades acadêmicas e para busca de informações externas de conhecimentos gerais ou entretenimento. Tal resultado pode ser explicado pela necessidade de busca de informações para controle de situações. De acordo com os autores, indivíduos maquiavélicos tem maior necessidade em coletar informações para posteriormente utilizar em benefício próprio (Bekiari & Spanou, 2018).

Ao avaliar o ambiente de pós-graduação brasileiro, Souza et. al (2020), concluíram que o maquiavelismo parece não ter relação com o perfil das atividades de carreira acadêmica. Neste sentido, constataram que esse traço de personalidade se associa de diferentes maneiras com o ambiente acadêmico, tais quais são apresentadas nos próximos tópicos desta pesquisa.

Ao ser analisado no contexto educacional percebem-se atitudes voltadas à tendência de plágios e trapaça por maquiavélicos (Nathanson, Paulhus & Williams, 2006; Williams, Nathanson & Paulhus, 2010). Além disso, possuem maior tendência ao requisitar bonificações extras vinculadas ao ambiente acadêmico, como demonstrado na pesquisa de Paulhus e Jones (2012), na qual a créditos extras foram vinculados à participação em uma pesquisa e como



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

resultado, os indivíduos com maiores traços maquiavélicos solicitaram a parcela adicional de créditos.

O perfil maquiavelista pode estar associado a cálculo estratégico, liderança, desejo de status, manipulação amoral e desonestidade (Alves, Costa, Nascimento & Cunha, 2019). Os traços típicos do maquiavelismo podem ser confundidos com traços de psicopatia. A utilização de planejamento estratégico pode ser algo que auxilia na diferenciação. Enquanto os maquiavélicos planejam com antecedência, constroem alianças e fazem o melhor para manter uma reputação positiva, psicopatas agem impulsivamente, abandonam amigos e família, e prestam pouca atenção às suas reputações (Jones & Paulhus, 2011).

Alves et al. (2019) buscaram relacionar o maquiavelismo com atividades contraproducentes dos estudantes de Ciências Contábeis. Para isso, utilizaram-se de uma amostra com 137 estudantes de graduação brasileiros. Os principais achados da pesquisa direcionam para a identificação de que não há evidências empíricas para defender a afirmação de que o maquiavelismo esteja relacionado ao comportamento contraproducente.

Elencadas as principais características determinantes da percepção de justiça no ambiente acadêmico, as diferentes dimensões da justiça acadêmica e as tendências motivadoras e comportamentais de indivíduos congruentes ao traço de maquiavelismo, no próximo tópico são constituídas as hipóteses apontadas na literatura como possíveis relações entre o maquiavelismo e a percepção de justiça acadêmica em pós-graduandos na área de negócios.

2.3. Constituição das Hipóteses de Pesquisa

As discussões apresentadas na literatura sobre percepções de justiça no ambiente organizacional e acadêmico mostram que diferentes fatores podem influenciar o que é considerado justo ou injusto pelos indivíduos. Estudos relacionados ao maquiavelismo sinalizaram uma relação negativa entre altos traços de maquiavelismo e a satisfação em diferentes configurações de interação social (Gable & Topol, 1987, Dahling et. al., 2009). No contexto dessa pesquisa, sugere-se também uma relação negativa envolvendo a satisfação quanto aos resultados, processos, relacionamentos e informações disponibilizadas na configuração de sala de aula. Tal entendimento ocorre ao corroborar com a ideia de Chorry-Assad (2002), de que questões envolvendo percepções de justiça de comportamento humano podem ser relacionadas em ambientes organizacionais e acadêmicos devido à natureza social e forma de relacionamento interpessoal em ambas as configurações.

Ressaltando a ideia do relacionamento entre traços de personalidade e Justiça em Ambiente Social, os achados de Shi, Lin e Wang (2009) e Törnroos et al.(2019) relacionaram as percepções de justiça distributiva, processual e interacional a traços de personalidade. Ambos apresentaram resultados relacionando positivamente as percepções de justiça organizacional nos participantes a afabilidade (traço relacionado negativamente ao Maquiavelismo), sendo o único traço a apresentar relação positiva tanto com a justiça distributiva, quanto a justiça processual e interacional.

Dentre os fatores considerados para conceituação do constructo do maquiavelismo, um deles é a confiança (Dahling, Whitaker & Levy, 2009). Esse fator defende que pessoas com maiores traços de maquiavelismo tendem a ter dificuldade em confiar nas decisões tomadas pelo seu próximo. Logo, aplica-se a este estudo uma tendência de um indivíduo com alto grau de maquiavelismo a não legitimar a justiça em suas diversas dimensões durante sua experiência em uma configuração acadêmica.

Outro elemento com base na teoria acessada que vem ao encontro do defendido pelas hipóteses desta pesquisa é que todos os tipos de justiça no ambiente acadêmico mostram ser



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

positivamente relacionadas ao cumprimento das regras de classe e à satisfação com a nota (Colquitt, 2001). Sendo assim, indivíduos com alto traços de maquiavelismo teriam a tendência em ter insatisfação com resultados e ações do professor, visto que, pessoas maquiavélicas tendem a possuir uma maior propensão a realizar desvios e fraudes, quando bem arquitetadas (Alves, Costa, Nascimento & Cunha, 2019).

Nesse contexto, a primeira hipótese teórica (H1) deste estudo propõe que: *Há uma relação negativa entre a percepção de justiça acadêmica e o Maquiavelismo dos estudantes de Programas de Pós-Graduação stricto sensu da área de negócios no Brasil.*

Dentre os conceitos pertencentes à Justiça Distributiva, se destaca a competitividade, por meio de conceitos de proporcionalidade e comparação com os pares. A necessidade de realização, aplicada ao âmbito da competitividade possui relação positiva significativa com o maquiavelismo (Fehr et al., 1992). Essa necessidade em possuir resultados melhores do que seus colegas, sinaliza uma provável relação entre os traços de personalidade do maquiavelismo com a falta de percepção de justiça, pautada na ideia de que independente do desempenho, há sempre uma necessidade de se sobressair em relação ao próximo.

Corroborando com o descrito acima, ao caminho do entendimento de um possível relacionamento negativo entre a Justiça Distributiva e o Maquiavelismo, Sakalaki, Richardson e Thepault (2007) demonstram uma necessidade de maximização de resultados e não compartilhamento dos ganhos como um comportamento típico de indivíduos com maiores traços de maquiavelismo. Logo, espera-se que pessoas mais maquiavélicas esperem melhores resultados e não se sintam satisfeitas em possuir conceitos acadêmicos proporcionais a de seus colegas, sendo esses os principais indicativos da percepção de Justiça Acadêmica Distributiva. Nesse contexto, a segunda hipótese teórica (H2) deste estudo propõe que: *Há uma relação negativa entre a percepção de justiça acadêmica distributiva e o Maquiavelismo dos estudantes de Programas de Pós-Graduação stricto sensu da área de negócios no Brasil.*

Ao se analisar as questões relacionadas com a justiça processual deve-se manter como foco o fato de que os procedimentos têm por função garantir a coerência e minimizar os conflitos no desenvolvimento de alocações. Essa dimensão prioriza o processo que se verifica na tomada de decisão e na atribuição de resultados (Rego & Souto, 2004).

Acessando a literatura disponível sobre questões sobre o maquiavelismo, percebe-se uma relação entre a tolerância à ambiguidade com o maquiavelismo (Ruch e Hehl, 1986). Logo, cria-se um provável entendimento de que as pessoas com elevado grau de maquiavelismo tendem a não tolerar questões subjetivas, que abram margens para interpretações quanto aos procedimentos e políticas adotadas para a tomada de decisão do docente na definição dos resultados.

Outro fator característico de indivíduos com maiores níveis de maquiavelismo é o desejo de controle (Dahling, Whitaker & Levy, 2009). Esse fator faz com que os indivíduos busquem o controle absoluto de situações que podem o influenciar, logo, se fazem como satisfeito apenas com políticas e procedimentos bem definidos, podendo com base neles criar estratégias para chegarem em seus objetivos. Assim sendo, a terceira hipótese teórica (H3) deste estudo propõe que: *Há uma relação negativa entre a percepção de justiça acadêmica processual e o Maquiavelismo dos estudantes de Programas de Pós-Graduação stricto sensu da área de negócios no Brasil.*

A pesquisa envolvendo o maquiavelismo em suas relações interacionais indica que os indivíduos com alto nível do traço estão mais dispostos a se envolver em comportamento antissocial, especialmente em situações em que há uma justificativa racional para tal ação, logo, ao avaliar a justiça em relações acadêmicas, os indivíduos com altos níveis de maquiavelismo podem criar artefatos para justificar comportamentos antissociais, como retaliações à forma que é tratado por professores no ambiente de sala de aula, gerando assim



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

uma percepção manipulada de justiça acadêmica interacional (Hren, et. al, 2006; Mahmoud et al., 2020).

A relação interpessoal de um indivíduo maquiavélico é dificultada pela necessidade de guardar emoções, fazendo com que se desenvolva um afeto negativo e dificultando a percepção de ser bem querido por terceiros, como docentes, no ambiente acadêmico (Yang et al., 2019), o que auxilia a culminar em uma distorcida percepção de tratamento durante sua experiência acadêmica.

Espera-se que a necessidade dos indivíduos por status, na busca de exibir os próprios sucessos gera uma percepção de insuficiência do tratamento em que os maquiavélicos recebem de seus docentes (Dahling, Whitaker & Levy, 2009). Com isso, indivíduos com maiores traços de maquiavelismo estão constantemente em busca de ostentarem seu sucesso e esperam isso por meio do tratamento dos docentes. Desta maneira, a quarta hipótese teórica (H4) deste estudo propõe que: *Há uma relação negativa entre a percepção de justiça acadêmica interacional e o Maquiavelismo dos estudantes de Programas de Pós-Graduação stricto sensu da área de negócios no Brasil.*

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, caracterizada como descritiva (Sampieri, Collado & Lucio, 2013), possui abordagem prioritariamente quantitativa, visto que, utiliza-se das evidências levantadas, para empreender uma avaliação quantitativa, organizando, sumarizando, caracterizando e interpretando os dados numéricos coletados, visando analisá-los por meio de técnicas estatísticas. A estratégia de coleta de dados é o levantamento, que foi realizado por meio de um questionário estruturado, utilizando-se de interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer (Cooper & Schindler, 2016).

A população deste estudo é composta por estudantes vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração, Contabilidade e Economia, cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmico e Profissional, cadastrados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os dados disponibilizados pela CAPES evidenciam que a Área de Negócios é composta por 257 Programas de Pós-Graduação, sendo eles 65 de Mestrado Acadêmico, 3 de Doutorado Acadêmico e 93 contendo ambos. Já os Programas de Pós-graduação de Mestrado e Doutorado Profissional totalizam 9, além de 93 que possuem exclusivamente Mestrado Profissional. Quando calculados os cursos de *Stricto Sensu* no Brasil, são apresentados 158 cursos de Mestrado Acadêmico, 96 de Doutorado Acadêmico, 96 Mestrados profissionais e 9 doutorados profissionais.

Adicionalmente, ressalta-se que a probabilidade de um determinado pós-graduando pertencer à amostra não é igual à de todos os outros estudantes, caracterizando uma amostra não probabilística por conveniência, não possibilitando a generalização dos resultados além dos pós-graduandos participantes, devido à impossibilidade prática de acesso ao grupo total da investigação em questão (Fávero & Belfiore, 2017). A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário instrumentalizado e divulgado na plataforma *on-line Survey Monkey*.

O instrumento utilizado na coleta dos dados desta pesquisa é o questionário, composto por quatro blocos, sendo o primeiro deles na identificação do nível educacional do respondente, filtrando a adequação do indivíduo ao objeto da pesquisa, pós-graduandos do *stricto sensu* da área de negócios. Caso a resposta assinalada fosse graduação, especialização, Master of Business Administration (MBA), ou pós-doutorado, então o questionário era encerrado, visto que estes discentes não fazem parte do escopo da pesquisa.

O segundo bloco consiste na tradução do questionário *Revised Classroom Justice Scale* – RCJS, escala tipo *Likert*, inicialmente construído por Chory-Assad (2002), atualizado

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

por Chory (2007) e traduzido ao português, aplicado no contexto da pós-graduação stricto sensu por Simil (2016). Posteriormente, insere-se no instrumento as questões do *Machiavellian Personality Scale* - MPS (Dahling, Whitaker & Levy, 2009), escala tipo *Likert* visando à mensuração relacionada ao maquiavelismo. O MPS foi desenvolvido inicialmente por Dahling, Whitaker e Levy (2009) e traduzido e adaptado à língua portuguesa por Grohmann e Battistella (2011).

O último bloco teve por objetivo a identificação das características pessoais dos respondentes e informações do programa de pós-graduação stricto sensu cursado, gerando evidências sobre o perfil social e demográfico dos respondentes da pesquisa.

Os dados obtidos por meio da plataforma *Survey Monkey* foram organizados no software Microsoft Office Excel e analisados por meio do *Software Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS, versão 22. Na Figura 2 apresentam-se as etapas seguidas para a análise dos dados.

Figura 2.

Protocolo de Análise dos Dados

Etapa	Procedimento	Medidas	Objetivo	Crítérios
1	Estatística Descritiva	Média, mediana, desvio-padrão, mínimos e máximos	Descrever o conjunto de dados	-
2	Análise da Confiabilidade da escala	Alpha de Cronbach	Verificar a consistência interna da escala	0,70 é o limite inferior aceito
3	Linearidade da Relação	Gráfico de Dispersão	Confirmar a relação linear entre as Variáveis Dependentes e Independentes	Linearidade na Dispersão
4	Correlação	Correlação de Pearson	Verificar a correlação existente entre duas variáveis e se são significativas.	Coefficiente de Pearson e Significância por p value <0.05

Fonte: Hair et. al, (2009)

Ao abordar a Escala Revisada de Justiça Organizacional (RCJS), em sua versão em língua portuguesa (Simil, 2016) e a Escala de Personalidade Maquiavélica (MPS), não houve a necessidade no estudo de confirmar estrutura inerente entre determinadas variáveis, das quais já haviam sido desenvolvidas e revisadas por Chorry-Assad (2002), Chory e Paulsel (2004) e Chory (2007) e Dahling, Whitaker e Levy (2009), respectivamente, verificando assim os fatores formados pela literatura até então, dos quais expressam as percepções de Justiça Acadêmica Distributiva, Processual e Interacional, como fatores componentes do constructo Justiça Acadêmica e Amoralidade, Descrença nos Outros, Desejo de Controle e Desejo de Status, como fatores componentes do constructo Maquiavelismo.

A pesquisa foi submetida e aprovada à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa, registrada sob o número, tendo obtida aprovação para realização do estudo sem nenhuma restrição.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao término do período destinado à coleta de dados, 551 indivíduos preencheram o instrumento utilizado na pesquisa. Desse universo, 23 questionários foram descartados, pelo fato de seus respondentes terem indicado que não estavam efetivamente matriculados em algum curso de pós-graduação stricto sensu. Das 528 respostas restantes, 194 estavam incompletas, as quais também foram excluídas da amostra. As 334 respostas restantes foram



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

consideradas válidas para serem analisadas, representando 60,62% das participações coletadas.

Entre os 334 discentes que compõem a amostra final da pesquisa, 50,9% se identificam com o gênero feminino. Nota-se que os discentes estão distribuídos em faixas etárias que formam o intervalo total entre 22 e 65 anos. Para análise da distribuição da faixa etária dos respondentes, foram calculados os percentis dos dados em questão, segregando a idade dos respondentes em partes, viabilizando as análises. A primeira faixa, 22 a 28 anos, concentra a maior parte dos discentes (29,04%), sendo que, um pouco mais da metade dos respondentes (52,10%) encontra-se no intervalo de idade entre 22 e 32 anos. Em relação à cor ou etnia, a maior parte dos componentes da amostra se autodeclaram brancos (65,0%), seguido dos pardos (26,9%), pretos (5,7%), amarelos (1,8%) e indígenas (0,6%).

Com relação às características acadêmicas dos respondentes, pode-se observar que ocorreu uma participação equânime entre alunos dos cursos de pós-graduação das áreas de Contabilidade (42,2%) e Administração (41%), majoritariamente cursando Mestrado Acadêmico (52,7%), seguido de Doutorado Acadêmico (36,8%). A maior parte dos participantes desta pesquisa estudam em IES da região Sul do Brasil (47,3%), acompanhadas da região Sudeste (21,6%) e Nordeste (20,7%) e, para finalizar as características acadêmicas, aproximadamente 84% dos respondentes estudam em universidades públicas.

Buscou-se medir a confiabilidade dos constructos utilizados por meio do teste estatístico Alfa de Cronbach, medindo a correlação entre respostas em um questionário através da análise das respostas. O coeficiente varia de 0 a 1, sendo aceitáveis valores a partir de 0,7 (Hair Jr. et. al, 2009). Na pesquisa atual o valor correspondente ao Alfa de Cronbach foi de 0,914, resultando em uma alta confiabilidade nos constructos utilizados.

Posteriormente, foram analisadas de forma descritiva, como foram avaliados cada item do questionário, considerando as dimensões de justiça Distributiva, Processual e Interacional, além das dimensões de comportamento relacionadas ao Maquiavelismo. Conforme previsto pelo instrumento, o ponto 1 representa uma percepção de Extrema Injustiça em Sala de Aula, enquanto o ponto 5 representa a Extrema Justiça Acadêmica, na opinião dos estudantes.

De uma maneira geral, a maior parte dos respondentes percebeu como justas as situações que envolvem a justiça distributiva. Especificamente, os itens entendidos como mais justos relacionam-se com as notas recebidas pelos estudantes e as que eles acreditam que receberão em comparação às dos seus colegas e em comparação àquelas que eles acreditam ser merecedores. De acordo com Chorry-Assad (2002), a insatisfação citada anteriormente sobre os resultados distribuídos, representa uma visão dos estudantes sobre os processos e políticas de avaliação que são adotados pelos professores e pela instituição de ensino.

Em congruência com trabalhos anteriores (Chorry-Assad, 2002; Paulsel & Chory, 2004), a dimensão com menor percepção de justiça no ambiente acadêmico foi a Justiça Processual, que adota os processos dos professores.

Para os dados relacionados a Justiça Acadêmica Processual, ao utilizar-se da Estatística Descritiva, observou-se que pela visão dos alunos, uma preocupação dos docentes na apresentação das regras relacionadas à assiduidade dos estudantes como uma forma de acrescentar uma visão justa nos pós-graduandos em relação ao processo educacional. Por outro lado, a percepção de justiça acadêmica mais reportada como “Extremamente Injusta” em relação às demais, pode se alinhar com a menor percepção de justiça encontrada na dimensão de justiça distributiva, visto que, ambas estão relacionadas ao esforço e trabalho gasto para uma avaliação justa durante a pós-graduação.

Os dados da pesquisa mostram que devido ao alto grau de dedicação e tempo que a pós-graduação *stricto sensu* exige dos estudantes, há uma expectativa por melhores resultados

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

(Justiça Distributiva) e uma inconformidade por parte dos alunos com a quantidade de tempo que é despendida como um processo enraizado na pós-graduação (Justiça Processual).

Os dados da pesquisa evidenciaram descritivamente uma maior disposição dos estudantes a apresentarem uma discordância ao traço de personalidade do Maquiavelismo ao comparar com a justiça acadêmica percebida durante a pós-graduação. Essa observância do traço de personalidade do maquiavelismo em um nível moderado em estudantes da área de negócios se alinha com estudos anteriores, que ao buscar captar o traço em estudantes, concluíram que os alunos tendem a possuir características maquiavélicas de forma moderada (Jones & Paulhus, 2014; D'Souza, et. al, 2018; Mendonça, Silva, & Silva Filho, 2018; Alves, et. al, 2019).

A despeito disso, destaca-se que, quando as características de personalidade maquiavélica estão em nível moderado, considera-se que o indivíduo poderá ser um bom líder, apresentando melhores resultados de comportamento no quesito direitos e deveres no âmbito organizacional, em razão da avaliação do custo e do benefício. O líder tentará controlar e coordenar seus funcionários ou empregados da melhor forma possível, sempre observando seus próprios interesses (Zettler & Solga, 2013).

Analisando separadamente as dimensões comportamentais que compõe o maquiavelismo, percebe-se uma frequência de menor concordância com questões relacionadas a comportamentos amorais, enquanto o Desejo de Status se mostra como a característica mais apontada pelos estudantes dentre as dimensões do maquiavelismo. Os resultados desta pesquisa se alinham com a pesquisa de Spurk et al. (2016) em executivos de indústrias, em que o Status se relacionou positivamente com o maquiavelismo.

Complementando as análises estatísticas indicadas nesta pesquisa, visando atingir o objetivo geral, realizou-se análise de dados por meio da Correlação de Pearson, considerando a tendência de linearidade nos dados da pesquisa, obtidos por meio da projeção da dispersão entre eles. A Tabela 1 mostra as correlações encontradas entre as variáveis, além de sua significância estatística.

Tabela 1.
Correlação – Justiça Acadêmica x Maquiavelismo

	Estatística	MAQ	AMORAL	DESCR	CONT	STATUS
JA	Correl. Pearson	-0,146*	-0,096	-0,264*	0,149*	-0,174*
JD	Correl. Pearson	-0,116*	-0,0127*	-0,187*	0,096	-0,093
JP	Correl. Pearson	-0,133*	-0,078	-0,249*	0,148*	-0,172*
JI	Correl. Pearson	-0,129*	-0,059	-0,242*	0,133*	-0,173*

Nota: * p-value (Sig.) < 0,05. JA = Justiça Acadêmica; JD = Justiça Distributiva; JP = Justiça Processual; JI = Justiça Interacional; AMORAL = Amoralidade; MAQ = Maquiavelismo; DESCR = Descrença nos Outros; CONT = Desejo de Controle; STATUS = Desejo de Status.

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa

A correlação negativa entre as percepções de Justiça Acadêmica e os Traços do Maquiavelismo corrobora o resultado de estudos anteriores, nos quais foi sinalizada a existência de relação negativa entre o maquiavelismo e a satisfação em diferentes configurações de interação social (Gable & Topol, 1987, Dahling et. al., 2009). Além disso, os resultados se relacionam com o fato de que indivíduos com maiores traços do maquiavelismo se sentem menos tratados de forma justa ao impactar o objetivo, logo, no



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

contexto desta pesquisa há uma percepção de justiça acadêmica negativa ao se relacionar com os objetivos principais da pós-graduação (Brown, Majors & Vance, 2021).

O desejo de controle, traço característico da personalidade Maquiavélica representa uma necessidade de domínio sobre as situações interpessoais, minimizando a extensão do poder alheio. Isso na pós-graduação representa um indivíduo que vê seus colegas e professores como uma ameaça e conseqüentemente busca dominar os outros e os acontecimentos que os cercam. Essa busca pela dominação do campo, grande parte das vezes, é realizada por meio da acumulação de conhecimento e entendimento de como as decisões são tomadas e quais fatores as influenciam (Paulsel, Chory-Assad, & Dunleavy, 2005).

A não correlação significativa entre a Justiça Acadêmica e Amoralidade pode ser explicada pelas considerações sobre a comunicação e o comportamento dos docentes. Logo, a amoralidade que se caracteriza pela propensão para romper padrões de moralidade e valorizar comportamentos que beneficiam o self à custa dos outros, se apresenta mais como um padrão de comportamento próprio estratégico do que como uma percepção da forma de comportamento dos terceiros (Dahling, Whitaker & Levy, 2009; Horan, Chory & Goodboy, 2010).

Apesar de apresentar uma correlação negativa ao ser analisada de maneira geral, este estudo se propõe a fazer análises segregadas entre as diferentes percepções de Justiça e os fatores que formam o traço de personalidade do Maquiavelismo. Para isso, realizaram-se análises individuais das correlações formadas entre as dimensões e os fatores do Maquiavelismo.

Considerando a Amoralidade como a propensão de realizar comportamentos e manipular situações a fim de promover um ambiente ou resultados que os beneficiam sobre os outros (Dahling, Whitaker & Levy, 2009), percebe-se uma tendência a se relacionar negativamente com a Justiça Distributiva. Isso ocorre ao considerar as bases teóricas da JD, se destacando a competitividade, por meio de conceitos de proporcionalidade e comparação com os pares (Rego, 2001).

Adicionalmente, ao relacionar a Justiça Distributiva com a Descrença nos Outros, encontram-se evidências relacionadas a essa dimensão da justiça com a confiança nos agentes educacionais durante a pós-graduação *stricto sensu* (Simil, 2016). Com base nisso, ao analisar a Descrença nos Outros também no ambiente da pós-graduação e obter uma correlação negativa, é possível relacioná-los de forma análoga, entendendo a Descrença nos Outros como um elemento de diminuição da Justiça Distributiva.

Em questões práticas relacionadas ao desenvolvimento de comportamentos durante a pós-graduação, a descrença nos resultados distribuídos pelos professores e a desconfiança sobre um viés pessoal nessa distribuição faz com que o indivíduo não sinta que seu resultado reflita o que de fato traduziria suas ações durante o período analisado. Analogamente, a amoralidade faz com que o indivíduo com alto nível de maquiavelismo acredite que algo deveria ser manipulado para uma sobreposição pessoal em relação a seus colegas e que algo ocorresse de forma atípica para ter seu esforço recompensado de forma a chegar no sucesso.

A correlação positiva entre o Desejo de Controle e a Justiça Processual pode ser explicada pela necessidade de dominação típica dos indivíduos com maior desejo de controle. Isso ocorre, pois para buscar o controle há uma procura por conhecimento sobre como estão sendo desenvolvidas as ações e sobre o entendimento de quais são os processos e políticas seguidas pelos professores para chegar a um resultado (Dahling, Whitaker & Levy, 2009; Resh & Sabbagh, 2017; Hilado, 2018). Conseqüentemente, há um acompanhamento mais próximo de quais parâmetros são utilizados e qual forma está sendo seguida pelos professores, diminuindo a distância entre o que é esperado como justo e o que de fato ocorre (ChoryAssad & Paulsel, 2004).



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Ao tratar as correlações negativas envolvendo a Justiça Processual é possível analisar os efeitos negativos da percepção de justiça processual com a Desconfiança nos Outros e com o Desejo de Status. Indivíduos que possuem alto nível de maquiavelismo desconfiam dos outros de forma intensa, são, dessa forma, muito propensos a relatarem uma baixa inclinação a confiar. Consequentemente, os altos traços de maquiavelismo fazem com que haja uma desconfiança sobre os processos e procedimentos utilizados pelos professores, gerando uma menor percepção de Justiça Processual (Christie & Geis, 1970; Grohmann & Batistella, 2011).

Ao analisar a correlação negativa entre a Justiça Processual e o Desejo de Status, remete-se inicialmente à definição do desejo de status, que é o desejo de acumular indicadores externos de sucesso, esperando-se vendo o sucesso por características objetivas e claramente mensuráveis, a partir do alcance de objetivos por características externas. Sabendo disso, resulta-se que um pós-graduando que espera um alto nível de materialização do sucesso, replica esse objetificação do sucesso nos processos e políticas adotados pelos professores, resultando assim em uma rigidez na percepção de justiça sobre eles, se diferenciando dos pós-graduandos com menor desejo de status (Chory-Assad, 2002; Berti, Molinari & Speltini, 2010; Grohmann & Batistella, 2011).

Os resultados obtidos nessa pesquisa complementam e permitem confrontos com resultados já obtidos em estudos anteriores (colocar quais), como o apontamento sobre a relação negativa entre a tolerância à ambiguidade com o maquiavelismo. Logo, cria-se um provável entendimento de que as pessoas com elevado nível de maquiavelismo tendem a não tolerar questões subjetivas, que abram margens para interpretações quanto aos procedimentos e políticas adotadas para a tomada de decisão do docente na definição dos resultados.

A Justiça Interacional está relacionada ao tratamento interpessoal ou ao nível de equidade percebido na forma como os indivíduos são tratados, abrangendo os comportamentos dos docentes para com os alunos, avaliando também o grau de honestidade, sensibilidade e respeito demonstrado durante a interação. Nesse sentido, entendendo a Amoralidade como uma tendência à manipulação estratégica e sobreposição de ações para benefício próprio, justifica-se a relação sem significância estatística entre a Amoralidade e a percepção de justiça que protagoniza a percepção de tratamento e não algum comportamento estratégico (Chory, 2007; Dahling, Whitaker & Levy, 2009).

Observou-se que a Justiça Interacional se relacionou negativamente com os fatores Descrença nos Outros e Desejo de Status. Sobre o fator comportamental Descrença nos Outros na pós-graduação, o resultado gera correlações com achados disponíveis na literatura, refletindo a necessidade de um maior detalhamento nas informações disponíveis, devido à dúvida recorrente em indivíduos com características voltadas à desconfiança, visto que há uma tendência a necessitar de mais informações e um tratamento mais detalhado ao lidar com o pós-graduando (Simil, 2016).

Complementarmente, a relação positiva entre o Desejo de Controle e a percepção de justiça interacional, se alinha com as motivações subjacentes de busca de domínio de situações e contato, evidentes também na percepção de Justiça Processual. A incessante busca por conhecimento e desenvolvimento de interações sociais, gera conclusões assertivas de indivíduos com maior desejo de controle em relação à percepção de justiça sobre as interações realizadas com os professores. Essa percepção de justiça seja por meio de tratamento, onde busca-se um contato mais próximo, a fim de benefícios próprios posteriores ou de informações que são disponibilizadas, o que acarreta em uma percepção positiva de justiça como consequência das estratégias utilizadas.

No âmbito interacional da Justiça Acadêmica, espera-se que a necessidade dos indivíduos por status, na busca de exibir os próprios sucessos gera uma percepção de

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

insuficiência do tratamento em que os maquiavélicos recebem de seus docentes (Dahling, Whitaker & Levy, 2009). Com isso, indivíduos com maiores traços de maquiavelismo estão constantemente em busca de ostentarem seu sucesso e esperam isso por meio do tratamento dos docentes, o que se alinha a relação negativa à justiça interacional encontrada nesta pesquisa.

Em posse dos resultados da correlação discutida acima é possível apresentar os resultados confirmando ou refutando as relações apresentadas nas hipóteses de teste e conseqüentemente na hipótese de pesquisa deste estudo. A seguir, na Figura 3 são apresentados os resultados das hipóteses de teste desenvolvidas nos procedimentos metodológicos desta pesquisa e utilizados como parâmetro para o desenvolvimento dos testes estatísticos apresentados acima.

Figura 3.

Resultados das Hipóteses de Pesquisa

Hipóteses de Pesquisa		Correlação Sig.	Sentido	Hipótese Suportada?
H1	<i>Relação negativa entre a percepção de justiça acadêmica e o Maquiavelismo pós-graduandos da área de negócios.</i>	Sim	Negativa	Sim
H2	<i>Relação negativa entre a percepção de justiça distributiva e o Maquiavelismo dos pós-graduandos da área de negócios.</i>	Sim	Negativa	Sim
H3	<i>Relação negativa entre a percepção de justiça processual e o Maquiavelismo dos pós-graduandos da área de negócios.</i>	Sim	Negativa	Sim
H4	<i>Relação negativa entre a percepção de justiça interacional e o Maquiavelismo dos pós-graduandos da área de negócios.</i>	Sim	Negativa	Sim

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa

A partir dos resultados apresentados, conforme demonstrado na Figura 3, observa-se que as hipóteses de teste foram suportadas pelos achados empíricos desta pesquisa. Apesar de não ter sido observada correlação significativa com todas as dimensões do Maquiavelismo, percebeu-se que a junção entre os quatro elementos do traço de personalidade possui uma correlação significativa e negativa com a percepção de Justiça Acadêmica nos pós-graduandos da Área de Negócios no Brasil. Ressalta-se ainda que todas as dimensões da Justiça apresentaram significância estatística, a Justiça Acadêmica (tridimensional), a Distributiva, a Processual e a Interacional.

5 CONCLUSÕES DO ESTUDO

Esta pesquisa objetivou analisar a relação entre traços de personalidade do maquiavelismo e a percepção de justiça acadêmica nos estudantes dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da área de negócios no Brasil. Para isso, foram aplicadas as versões em língua portuguesa da RCJS e da MPS. Foram obtidas 334 respostas válidas, que foram analisadas por meio de estatística descritiva, gráficos de dispersão e Correlação de Pearson.

Com base na literatura disponível até então, foram postuladas quatro hipóteses de pesquisa, a H1 prevendo a correlação significativa entre o modelo tridimensional da Justiça Acadêmica e o traço do Maquiavelismo. As Hipóteses H2, H3 e H4, previram respectivamente a correlação entre as dimensões Distributiva, Processual e Interacional, com o traço de personalidade do Maquiavelismo.

Os resultados da pesquisa indicaram uma tendência dos pós-graduandos da área de negócios a possuir uma elevada percepção de Justiça Acadêmica em suas três dimensões. Em



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

contrapartida, a estatística descritiva da escala de personalidade Maquiavélica observou uma baixa concordância relacionada ao Maquiavelismo pelos estudantes. Ao realizar a análise de correlação prevista, percebeu-se, conforme hipóteses, a correlação negativa entre o Maquiavelismo e dimensões de Justiça Distributiva, Processual e Interacional.

Em contrapartida, foram observadas correlações positivas e nulas entre as subdimensões do Maquiavelismo e a Justiça Acadêmica. Logo, apesar de ser suportada, a estrutura multidimensional aponta que elementos como a Amoralidade (sem correlação com a Justiça Acadêmica) e Desejo de Controle (correlação positiva com a Justiça Acadêmica) podem apresentar divergência dos demais quando analisados de forma exclusiva em indivíduos.

Os resultados podem servir de reflexão para docentes e instituições de ensino para consideração dos elementos de individualidade dos estudantes, mostrando que, apesar de representar uma característica negativa durante a pós-graduação, a discrepância na percepção de Justiça Acadêmica, diferenças individuais como o Maquiavelismo podem gerar benefícios acadêmicos e profissionais no futuro, conforme já refutado pela literatura. Logo, pesquisas como esta auxiliam no entendimento de como lidar com personalidades e suas consequências.

Como limitação desta pesquisa, apresenta a tentativa de capturação de elementos de personalidade por meio de questionário, apesar dos resultados positivos. Outra limitação é consequência do método aplicado, no qual não é sua finalidade a análise em profundidade dos itens estudados, suprindo tal demanda com bases estatísticas.

Como sugestões para futuros estudos, recomenda-se a utilização de outras abordagens de pesquisa, com a qualitativa, além da possibilidade de aplicação de variados testes estatísticos para incrementação das análises, como a aplicação de técnicas de regressão ou o entendimento segregado dos constructos com diferenciação estatística como a Amoralidade e o Desejo de Controle.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

6 REFERÊNCIAS

- Alves, R. S., Puppim, L., Nascimento, E. M., & Da Cunha, J. V. A. (2019). Maquiavelismo e sua relação com atividades contraproducentes nos estudantes de Ciências Contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 13(1).
- Andere, M. A., & Araujo, A. M. P. D. (2008). Aspectos da formação do professor de ensino superior de Ciências Contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48), 91-102.
- Barth, T. G. (2015). A relação custo-benefício socioeconômica da pós-graduação stricto sensu: uma análise na percepção de mestres em contabilidade.
- Christie, R., & Geis, F. L. (1970). *Studies in machiavellianism*. New York: Academic Press. Academic Press.
- Chory-Assad, R. M. (2002). Classroom justice: Perceptions of fairness as a predictor of student motivation, learning, and aggression. *Communication Quarterly*, 50(1), 58-77.
- Chory-Assad, R. M., & Paulsel, M. L. (2004). Antisocial classroom communication: Instructor influence and interactional justice as predictors of student aggression. *Communication Quarterly*, 52(2), 98-114.
- Chory, R.M., Horan, S.M. & Houser, M.L. (2017) Justice in the Higher Education Classroom: Students' Perceptions of Unfairness and Responses to Instructors. *Innov High Educ* 42, 321–336. <https://doi.org/10.1007/s10755-017-9388-9>
- Cropanzano, R., & Greenberg, J. (1997). Progress in organizational justice: Tunneling through the maze. *International review of industrial and organizational psychology*, 12, 317-372.
- D'Souza, M. F. (2016). *Manobras financeiras e o dark triad: o despertar do lado sombrio na gestão* (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- D'Souza, M. F., & Jones, D. N. (2017). Taxonomia da rede científica do Dark Triad: revelações no meio empresarial e contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 11(3), p. 296-313.
- D'Souza, M. F. & Lima, G. A. S. F. (2019). Um olhar sobre os traços do Dark Triad e os valores culturais dos estudantes de contabilidade. *Advances in Scientific & Applied Accounting*, 12(1).
- D'Souza, M. F., Franco de Lima, G. A. S., Jones, D. N., & Carré, J. R. (2019). Do I win, does the company win, or do we both win? Moderate traits of the Dark Triad and profit maximization. *Revista Contabilidade e Finanças*, 30(79), 123–138.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Gable, M., & Topol, M. T. (1987). Job satisfaction and Machiavellian orientation among department store executives. *Psychological Reports*, 60(1), 211-216.
- Grohmann, M. Z., & Battistella, L. F. (2012). Maquiavelismo nas organizações: o relacionamento entre perfil individual e personalidade maquiavélica. *Invenio*, 15(28), 101-118.
- Grohmann, M. Z., & Battistella, L. F. (2012). A Escala de Personalidade Maquiavélica (MPS): Tradução e validação no contexto brasileiro. *Psicologia Argumento*, 30(70).
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Bookman editora.
- Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2009). Machiavellianism. In M. R. Leary & R. H. Hoyle (Eds.), *Handbook of individual differences in social behavior* (pp. 93–108). The Guilford Press.
- Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2011). Differentiating the dark triad within the interpersonal circumplex. In L. M. Horowitz, & S. Strack. *Handbook of interpersonal psychology* (pp. 249-269). New York: Wiley & Sons.
- Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2014). Introducing the Short Dark Triad (SD3): A Brief Measure of Dark Personality Traits. *Assessment*, 21(1), 28–41.
- Levecque, K., Anseel, F., De Beuckelaer, A., Van der Heyden, J., & Gisle, L. (2017). Work organization and mental health problems in PhD students. *Research Policy*, 46(4), 868–879.
- Major, B., & Deaux, K. (1982). Individual differences in justice behavior. In *Equity and justice in social behavior* (pp. 43-76). Academic Press.
- Rego, A. (2001). Percepções de justiça: estudos de dimensionalização com professores do ensino superior. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17(2), 119-131.
- Rego, A. (2002). Comprometimento afectivo dos membros organizacionais: o papel das percepções de justiça. *Revista de Administração Contemporânea*, 6(2), 209–241. <http://doi.org/10.1590/S1415-65552002000200012>
- Rego, A., & Souto, S. (2004). A percepção de justiça como antecedente do comprometimento organizacional: um estudo luso-brasileiro. *RAE*, 8, 1, 151-177.
- Rego, A., Cunha, M. P. E., & Pinho, C. (2009). Exploring a Five-Factor Model of Organizational Justice. *Management Research: Journal of the Iberoamerican Academy of Management*.
- Resh, N., & Sabbagh, C. (2016). Justice and education. In C. Sabbagh & M. Schmitt (Eds.), *Handbook of social justice theory and research* (pp. 349–368). Berlin: Springer.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Ribeiro, J. A., & Bastos, A. V. B. (2010). Organizational commitment and justice: a study of its relations with differentiated rewards. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(1), 4-21.
- Sabino, K. L. C., Cunha, J. V. A., Colauto, R. D., & Francisco, J. R. S. (2019). Influência do desempenho acadêmico na percepção de justiça no ambiente de aprendizagem. *Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 13(4).
- Sanches, A. C. P. (2016). Experiências de (in) justiça com os professores e comportamentos de desvio na adolescência. Tese de Programa Operacional Ciência e Inovação - Fundação para a Ciência e Tecnologia
- Santos, D., Avelino, B. C., da Cunha, J. V. A., & Colauto, R. D. (2020). Justiça e desonestidade acadêmica: um estudo com estudantes do curso de ciências contábeis. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(44), 71-86.
- Shi, J., Lin, H., Wang, L., & Wang, M. (2009). Linking the big five personality constructs to organizational justice. *Social Behavior and Personality: an international journal*, 37(2), 209-222.
- Törnroos, M., Elovainio, M., Hintsala, T., Hintsanen, M., Pulkki-Råback, L., Jokela, M., & Keltikangas-Järvinen, L. (2019). Personality traits and perceptions of organisational justice. *International journal of psychology*, 54(3), 414-422.
- Tyler, T. R., Boeckmann, R. J., Smith, H. & Huo, A.Y. J. (1997). *Social justice in a diverse society*. Colorado: Westview Press.